



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO AO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
GABINETE

DESPACHO n. 10174/2021/PFIPHAN/PGF/AGU

NUP: 01425.000210/2018-15

INTERESSADOS: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO IPHAN - MT

ASSUNTOS: NORMATIZAÇÕES

1. Trata-se de processo administrativo que tem como objeto a elaboração de portaria que dispõe sobre a definição de diretrizes de preservação e critérios de intervenção para as áreas contidas nas poligonais de tombamento e de entorno do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Cáceres - MT.

O feito foi encaminhado pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), para análise e manifestação jurídica diante do Relatório com os Resultados da Consulta Pública no. 2 (SEI 3179219), seus anexos (SEI 3181978 e 3181985) e a minuta de portaria revisada (SEI 3195314).

2. Destaca-se que o processo já havia sido objeto de análise, que se deu por meio do Parecer nº 00318/2021/PROC/PFIPHAN/PGF/AGU (Seq. 2), aprovado pelo Despacho nº. 00029/2021/GAB/PFIPHAN/PGF/AGU (Seq. 3), o qual concluiu pela ausência de óbice jurídico na submissão da portaria de ato normativo à consulta pública, desde que observado o disposto nos itens 17, 18, 19, 49, 56, 58 ao 61, 64, 67, 68, 72 e 73.

3. De fato, a Nota Técnica nº 9/2021/CGN/DEPAM, datada de 14 de setembro de 2021 (SEI 2954392) informou que foram contempladas as sugestões elencadas no Parecer nº. 00318/2021/PROC/PFIPHAN/PGF/AGU nos itens 49, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 69, 70 e 73.

4. O Relatório Técnico nº 01/2021 (SEI 3169329) consignou os Resultados da Consulta Pública nº. 3, e seu Anexo (SEI 3169968) tratou da análise das contribuições decorrentes da consulta, por artigo e proponente. As alterações foram objeto da minuta de portaria revisada (SEI 3165263).

5. **O processo foi objeto de análise jurídica por meio da Nota nº. 10038/2021/PFIPHAN/PGF/AGU, ora submetida à aprovação. Com efeito, a manifestação jurídica retro concluiu pela ausência de óbice jurídico para a publicação da portaria desde que atendidas as recomendações insertas nos itens 14 a 17 do opinativo, bem como formulou a sugestão constante no item 13.**

6. **Dessa forma, aprovo a Nota nº. 10038/2021/PFIPHAN/PGF/AGU, por seus próprios fundamentos, que se manifestou pela regularidade jurídica da publicação da minuta em apreço, desde que observadas algumas condicionantes ali especificadas.**

7. **Ao DEPAM, com urgência, para ciência e providências cabíveis.**

Brasília, 24 de dezembro de 2021.

GUILLERMO DICESAR M. DE A. GONÇALVES
Procurador-Chefe da PF/IPHAN

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01425000210201815 e da chave de acesso e5d76431

Documento assinado eletronicamente por GUILLERMO DICESAR MARTINS DE ARAUJO GONCALVES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 794460466 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GUILLERMO DICESAR MARTINS DE ARAUJO GONCALVES. Data e Hora: 24-12-2021 15:47. Número de Série: 37439830007364209700300671728. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.
